

1 INTRODUÇÃO

Há muito que a compreensão dos mecanismos do processo democrático desperta a atenção de estudiosos de diversas áreas do conhecimento humano. Observa-se, todavia, que, na atualidade, esses estudos envolvem cada vez a necessidade da análise de mais variáveis.

Numa época em que se observa a existência de um Estado interventor na economia e na sociedade, onde não se desenha com facilidade a linha divisória entre o que é público e o que é privado e em que a proliferação de novas formas de comunicação permite a quase imediata difusão de ideias em nível global, bem como a manipulação midiática e corporativa em diversos aspectos da vida humana, estudos sobre a identificação do espaço público se proliferam na esperança de fomentar o debate e a compreensão de tais fenômenos e suas implicações políticas e sociais.

O conceito de espaço público, enquanto categoria social e política, é considerado central para estudos na teoria democrática, por representar um ideal normativo. Baseando-se no consenso obtido pela troca de opiniões em um debate racional e crítico, Habermas ofereceu uma concepção de esfera pública a partir de estudos histórico-sociológicos, desenvolvidos e expostos em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de 1962.

O presente artigo propõe-se, assim, por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando o método analítico-interpretativo, a identificar as categorias tratadas pelo autor em sua análise da esfera pública na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. A finalidade de tal abordagem é verificar sua pertinência e atualidade para a compreensão de fenômenos atuais, como parte inicial de pesquisa realizada para dissertação de Mestrado, que analisará a possível inter-relação da noção de ciberespaço e da concepção habermasiana de espaço público, o que justifica a abordagem multidisciplinar empreendida.

É importante salientar a impossibilidade de se analisar toda a bibliografia crítica acerca do tema, de modo que foi realizada uma seleção de autores contemporâneos de Habermas, que se propuseram a uma interlocução com ele, daqueles incumbidos de apresentar a obra *Mudança Estrutural* ao público de língua inglesa, bem como de alguns estudiosos atuais do tema. A seleção realizada

resultou na apresentação de críticas e opiniões expostas por diversos vieses, a depender da área de concentração de pesquisa de cada autor estudado.

Buscar-se-á, assim, num primeiro momento, contextualizar historicamente o estudo de Habermas sobre o espaço público em *Mudança Estrutural*, enquanto membro da Escola de Frankfurt, traçando brevemente as possíveis influências sobre ele exercidas. Após, proceder-se-á à identificação da concepção habermasiana de espaço público a partir da análise realizada pelo autor quanto às condições que possibilitaram o seu surgimento bem como suas características. Num terceiro momento, será feita breve exposição por meio de revisão bibliográfica acerca das considerações trazidas por diversos autores sobre o tema e sua possível relevância atual.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO HABERMASIANA DE ESFERA PÚBLICA

Esforços voltados à compreensão da história, fundamentos e processos internos do discurso são importantes, pois informam a teoria democrática na Ciência Política, debates filosóficos pós-modernos além de influenciarem novas abordagens éticas e jurídicas. (CALHOUN, 1992, p.vi)

Nesse contexto, o estudo desenvolvido por Habermas acerca do espaço público cuida da relação entre o Estado e a sociedade civil, buscando analisar quando e sob quais condições sociais um debate racional e crítico sobre assuntos de interesse geral conduzido por pessoas privadas pode levar a decisões determinadas pela força dos argumentos em detrimento de seu status. (HABERMAS, 1991, p.1-51)

É importante destacar que, ao se estudar a concepção habermasiana de espaço público, não se pode deixar de esclarecer que tal noção é tratada diversamente na obra do autor, a depender do momento em que foi produzida. Isto porque, foi na década de 60, sob a influência da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que Habermas primeiro refletiu sobre o espaço público, com a obra *Strukturwandel der Öffentlichkeit* (*Mudança Estrutural Da Esfera Pública*), de 1962.

Mas seus estudos sobre esta perspectiva não cessaram, uma vez que, ao desenvolver a teoria da ação comunicativa, anos mais tarde, passou a visualizar o espaço público sob outro paradigma, distanciando-se do viés característico da

concepção frankfurtiana. (SILVA, 2001, p.117-118; OLIVEIRA; FERNANDES, 2011, p.116-119; SACCAMANO, 1991, p.685).

Mudança Estrutural do Espaço Público é um estudo de caráter interdisciplinar, que trata, sob os aspectos histórico e sociológico, do surgimento, da transformação e da desintegração da esfera pública burguesa. Esta é concebida por Habermas como uma categoria típica de uma época.

No prefácio de sua obra, o autor alerta para a impossibilidade de tal categoria ser desvinculada da evolução histórica singular da Europa na Alta Idade Média, bem como para os cuidados necessários para uma transferência ou generalização a outras situações históricas assemelhadas. (HABERMAS, 1991, p.xvii-xviii).

Não obstante, o que se observa é que, até os dias de hoje, buscam-se traçar, nas categorias identificadas pelo autor, paralelos com fenômenos bastante atuais, como a compreensão de manifestações articuladas por meio das redes sociais, como se assistiu recentemente no que se chamou de “Primavera Árabe” (LAGOS *et al.*, 2014, p.398-414) e no Brasil em junho de 2013.

Passa-se, a seguir, a breve análise do contexto em que Habermas estava inserido quando desenvolveu o estudo analisado, com o objetivo de identificar as influências políticas e intelectuais possivelmente sofridas por ele. Pretende-se, por meio dessa exposição, a percepção das motivações do autor com o fim de melhor compreender a categoria esfera pública em sua concepção.

2.1 HABERMAS E A ESCOLA DE FRANKFURT

Habermas aparece como um produto da “reeducação”, que foi o processo institucional e educativo criado pelos aliados após a queda do nazismo para integrar a Alemanha às demais nações européias, prevenindo o avanço soviético. Desse processo decorreu a revalorização intelectual da democracia, não somente das instituições democráticas, mas, sobretudo, do processo racional que as sustenta. Este é justamente o centro da construção habermasiana: a deliberação pública dentro do espaço público. A intenção era buscar em tradições filosóficas de fora da Alemanha modelos teóricos democráticos. (DURAND-GASSELIN, 2012, p.272-274)

Como membro da Escola de Frankfurt, Habermas sofreu suas influências, mas delas se distanciou ao longo de sua obra. É importante destacar que a primeira

geração da Escola de Frankfurt, influenciada pelas teorias marxistas, debruçava-se numa crítica sobre o indivíduo e das grandes organizações que o dominam, como as grandes empresas e a indústria cultural, e não numa dialética das instituições políticas modernas. Dessa forma, a estrutura jurídica e normativa das instituições democráticas era vista como destituída de consistência própria, diluída que estava nas contradições sociais inerentes à modernização capitalista. Foram porta-vozes da Teoria Crítica, em oposição à Teoria Tradicional, vista como cientificista. (DURAND-GASSELIN, 2012, p.274-275)

Já a segunda geração da Escola de Frankfurt, da qual Habermas faz parte, em razão da crise do paradigma marxista, caracterizou-se por um deslocamento da sua atenção teórica na direção do núcleo das instituições democráticas, por uma descrição de critérios normativos fundantes da crítica e do interesse da Teoria Crítica e por uma reformulação das bases teóricas em que se fundou a primeira geração, graças a um trabalho de compatibilização de teorias, muitas vindas de fora da Alemanha. É a partir dessas novas referências que Habermas desenvolve seus estudos em sociologia e filosofia. (DURAND-GASSELIN, 2012, p.267-269)

É importante destacar que a teoria burguesa tende a separar cuidadosamente os domínios da cultura e da política. Sua noção de autonomia da arte é indispensável àqueles que se opõem ao argumento da relação entre cultura e política como capazes de transformar a história. Um dos méritos da Teoria Crítica foi dissipar essa aparente oposição e tornar visível a ligação objetiva entre as duas. (HOHENDAHL, 1979, p.89-91)

A categoria da indústria cultural, introduzida por Adorno e Horkheimer, membros da primeira geração da Escola de Frankfurt, em 1944, faz essa ligação, mas não lida com o conceito de espaço público. Essa questão foi trazida por Habermas, em *Mudança Estrutural*, e genericamente definiu o debate da cultura de massas na geração mais jovem da Escola de Frankfurt. (HOHENDAHL, 1979, p.90-92)

A teoria da Habermas sobre o espaço público ofereceu um modelo para a abordagem dos elementos político e social no conceito de cultura. O caráter essencialmente político da cultura era familiar à primeira geração da Escola de Frankfurt, conforme os trabalhos de Herbert Marcuse (*Über den Affirmativen Charakter der Kultur*) e os trabalhos de Walter Benjamin dos anos 30, nos quais a função política da produção cultural foi enfatizada e o trabalho de Habermas

pressupõe esses estudos. Sua teoria do espaço público deve ser compreendida como uma tentativa de reformular a relação dialética entre o sistema sócio cultural e o sistema político, pois a teoria da indústria cultural em *Dialética do Esclarecimento*¹ necessitava de fundamentos históricos. (HOHENDAHL, 1979, p.89-92)

A teoria da indústria cultural permaneceu abstrata enquanto pressupôs a existência e influência do capitalismo organizado sem demonstrá-lo materialmente. O desenvolvimento da história humana, culminando no monopólio do capitalismo e sua cultura de massa foi explicado por meio da dialética da razão, projetando para trás na história europeia a fase avançada da razão instrumental. Habermas, por outro lado, busca uma explicação sócia histórica. Sua preocupação é justificar a transformação das instituições culturais a partir das mudanças no sistema político, cujo desenvolvimento é concebido por meio de mudanças no sistema econômico. Isso introduz, então, a categoria do espaço público como o conceito mediador que faltava na *Dialética do Esclarecimento*. (HOHENDAHL, 1979, p.89-118). Para Calhoun (1992, p.5), foi parte do esforço de Habermas de escapar da concepção pessimista de Horkheimer e Adorno no pós-guerra.

Garham (2007, p.201) destaca, como uma das virtudes do estudo político de Habermas, seu modelo ideal de uma discussão razoável e acessível, o que esclarece que a preocupação essencial de seu esforço teórico é e sempre foi investigar como, após o Nacional Socialismo e o Holocausto, construir um Estado Democrático viável e legítimo para a Alemanha.

Feitas estas breves considerações sobre o contexto em que Habermas desenvolveu a teoria ora estudada, bem como sobre suas prováveis motivações e influências, passa-se, a seguir, à análise do desenvolvimento da concepção habermasiana de espaço público em *Mudança Estrutural*.

¹ *Dialectic of Enlightenment*, Max Horkheimer and Theodor W. Adorno, trans. John Cumming. New York: Continuum, 1982.

2.2 A CONCEPÇÃO DE ESFERA PÚBLICA EM MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESFERA PÚBLICA

Habermas inicia sua análise da esfera pública destacando que está lidando com categorias de origem grega, repassadas através da história portando o “selo romano”. (HABERMAS, 1991, p.3)

Ensina que nas cidades-estados gregas, a esfera da *polis* era acessível aos cidadãos livres (*koine*), separada da esfera da *oikos*, própria de cada indivíduo, sendo que a vida pública acontecia na *agora* (praça pública). A esfera pública, por seu turno, era constituída em discussão (*lexis*) bem como em ação comum (*praxis*). A esfera privada está vinculada à casa e à família e o status na *polis* estava fundado no status de mestre (*pater familias*) de um *oikos*. (HABERMAS, 1991, p.3-4)

Em oposição ao domínio privado estabelecido no *oikos*, a esfera pública possibilitava, por meio da publicidade da discussão entre cidadãos, interações entre iguais, onde cada um agia de modo a se destacar por meio das virtudes catalogadas por Aristóteles, de modo a obter o reconhecimento de seus pares. (HABERMAS, 1991, p.3-4).

Os gregos, portanto, dividiam claramente os assuntos privados dos públicos. Exercitada em público pelos cidadãos livres, a liberdade estava relacionada ao exercício de sua autonomia enquanto mestres de suas casas (CALHOUN, 1992, p.7). Todavia, para Susen (2011, p.39), assim, não se observa uma polaridade nos domínios privado e público, mas uma reciprocidade, pois a interdependência estrutural revelaria uma dependência mútua entre ambos, o que constituiria uma crítica à análise procedida por Habermas.

Habermas destaca o peculiar poder normativo de tudo o que é considerado clássico, ao qual não fugiria o modelo de esfera pública helênica, de modo que o molde ideológico descrito preservou-se ao longo dos anos. Para Calhoun (1992, p.7), o espaço público que Habermas explora tem algumas afinidades com esse quadro, mas um elemento chave é diverso porque é definido como um espaço em que indivíduos privados se unem para o debate de

assuntos em face da autoridade estatal. Além disso, o espaço privado é compreendido como um local de liberdade a ser protegido da dominação estatal.

Seguindo com sua análise para o período medieval, afirma que, na Idade Média, as categorias do público e do privado e da esfera pública enquanto coisa pública (*res publica*) foram transmitidas nas definições do Direito Romano, embora não se pudesse visualizar uma separação entre elas, de tão interligadas nas mãos do senhor feudal. Habermas identifica, no entanto, uma representatividade pública, ligada a um atributo de status, em que o senhor se mostrava em público como a personificação de um poder superior, como uma espécie de “aura”. Esta representatividade não era exercida para o povo, mas perante ele. (HABERMAS, 1991, p.5-8)

Diferenciando a casa burguesa da corte, Alewyn (1959, *apud* HABERMAS, 1991, p.10) destaca que, nesta última, os atos mais íntimos passam a ter importância pública, na medida em que o simples ato de deitar-se para dormir ou acordar e levantar-se eram cerimônias diárias. Já na casa burguesa, mesmo o salão de baile faz parte do lar.

Com o surgimento do Estado Moderno, aduz Habermas que o público separou-se de uma vinculação direta com a corte do monarca, que caracterizava a estrutura feudal, para constituir-se num domínio específico novamente. (HABERMAS, 1991, p.10-11)

A partir da identificação de um sistema de trocas, o autor explica que os elementos de uma nova ordem social foram se moldando a partir do século XIII na Europa. Observou-se o fortalecimento das estruturas de poder dos Estados bem como o tráfego de mercadorias e de informações criadas pelo comércio de longa distância. (HABERMAS, 1991, p.14-18)

Os mercadores necessitavam de informações acerca de preços e demanda de mercadorias, mas as cartas que as continham rapidamente passaram a conter outras informações. A partir do século XIV, os comerciantes criaram as primeiras rotas de correspondências, mas sem que houvesse a publicidade das informações ali contidas. Apenas no final do século XVII, essas informações tornaram-se acessíveis ao público em geral, quando se pôde falar na existência de uma imprensa em sentido estrito. (HABERMAS, 1991, p.16)

Segundo Habermas, esses acontecimentos tornaram-se revolucionários apenas na era mercantilista, quando as economias locais se expandiram nos

territórios nacionais e o estado moderno cresceu e passou a administrar esses territórios. (HABERMAS, 1991, p.17)

O desenvolvimento de instituições burocráticas e agentes de administração permanente do estado, além de esforços militares, criou um novo espaço de autoridade pública, diferente da representatividade pública do governante de outrora, em que se identificava a noção de Estado com a pessoa do monarca. Por esse viés, visualiza-se o público como sinônimo de estatal. Noutra sentida, pode-se afirmar que as pessoas privadas, submetidas ao poder estatal, passaram a formar o público. (HABERMAS, 1991, p.17-18; CALHOUN, 1992, p.8-9)

Habermas destaca a transformação do modo de produção, a partir da importação de matérias primas em troca de produtos semi-manufaturados ou manufaturados e a relaciona a mudanças administrativas estatais, que passaram fomentar tal modo de produção capitalista. (HABERMAS, 1991, p.19)

Esse processo levou à ideia de uma sociedade civil que passou a existir como corolário de uma autoridade estatal despessoalizada. (HABERMAS, 1991, p.18). Essa noção de sociedade civil é importante para a noção habermasiana de espaço público, pois a sociedade civil, nos séculos XVII e XVIII se desenvolveu como o domínio genuíno da autonomia privada em oposição ao Estado. (CALHOUN, 1992, p.7)

O termo “economia”, a seu turno, que até o século XVII estava limitado às tarefas próprias do *pater familias*, no domínio do *oikos*, passou a ter seu sentido moderno. O mercado substituiu a casa e se tornou “economia comercial” (*Komnzerzienwirtschaft*). (HABERMAS, 1991, p. 20)

Durante essa fase mercantilista do capitalismo, transformou-se a ordem política e social e a imprensa passou a ter um grande poder. Os primeiros jornais eram chamados de “jornais políticos” e correspondiam a uma necessidade dos comerciantes. Continham notícias do exterior, da corte e de eventos comerciais menos importantes que passavam pela censura estatal. Assim, a informação tornada pública constituía-se de elementos residuais do que estava de fato disponível, todavia, tornou-se ela própria uma mercadoria. (HABERMAS, 1991, p.21)

Nesse contexto, uma nova classe de pessoas “burguesas” surgiu, ocupando uma posição central no “público”. Todavia, estes não se identificavam com aqueles que provinham dos burgos, que perderam sua importância juntamente com as cidades que habitavam. Essa nova classe era composta de juristas, médicos, pastores, professores, mercadores, banqueiros. Eram um público leitor que, ao invés de ser assimilado pelas cortes, opôs-se a elas, causando uma tensão entre a “corte” e a “cidade”. (HABERMAS, 1991, p.22-23)

A partir da ambivalência que surgiu entre a iniciativa privada e a regulação estatal da economia, pôde-se observar o surgimento de problemas entre a autoridade estatal e as pessoas privadas, o que afetou até mesmo os consumidores. Nesse passo, impostos e intervenções estatais passaram a ser o alvo de uma esfera crítica em desenvolvimento, que fazia uso da razão, sendo que a imprensa passou a ser utilizada para este fim. Esse processo fez com que os objetos do poder estatal se transformassem nos sujeitos racionais que se opunham a esse poder de acordo com a análise feita pelo autor. (HABERMAS, 1991, p. 24-26; LAGROYE et al., 2006, p.98-99)

Para Habermas, a própria ideia de público estava baseada na noção de um interesse geral básico o suficiente para que o discurso sobre ele não precisava ser distorcido em prol de interesses particulares e podia ser discutido racionalmente de modo objetivo. (CALHOUN, 1992, p.9)

Pode-se afirmar, então, que “a esfera pública burguesa surgiu do encontro dos herdeiros da cidade aristocrata e humanista, em que se baseava a esfera pública literária, e a camada intelectual da burguesia, então em ascensão.” (SILVA, 2002, p.18)

Nesse passo, o espaço público burguês pode ser concebido como o espaço em que pessoas privadas se unem como um público contra as autoridades estatais num debate acerca das leis que regulam as relações no espaço privado, mas publicamente relevante, de troca de mercadorias e trabalho social. O meio desse confronto político não teve precedentes, correspondendo ao uso da razão (*öffentliche Rasonnement*). (HABERMAS, 1991, p.27-28)

O espaço público, assim, não estava vinculado ao aparato estatal, pois incluía todos aqueles que pudessem discutir assuntos acerca da administração do Estado. Os participantes dessa discussão incluíam agentes do estado bem

como cidadãos privados. O espaço público, assim como a sociedade civil, somente pôde ser concebido nesse sentido quando o estado passou a ser constituído como uma fonte de autoridade despersonalizada, o que possibilitava uma visão contraposta do estado e da sociedade. (CALHOUN, 1992, p.9)

Habermas narra que, desde o século XIII, a negociação entre os Estados e os príncipes acerca da demarcação das liberdades estatais e dos poderes dos príncipes resultou num dualismo. Os burgueses, por sua vez, eram pessoas privadas, de modo que não governavam. Todavia, sua oposição à autoridade estatal, efetivada por meio de um debate racional e crítico, não se revelava como uma demanda pela divisão desse poder, mas como contraposição à forma por meio da qual era exercida essa “dominação” estatal. (HABERMAS, 1991, p.26-27)

Por seu turno, explica o autor que o processo de polarização também ocorreu na sociedade. A esfera da família, formada pelos cônjuges, se diferenciou da esfera de reprodução social, o que alterou a própria noção de privado. (HABERMAS, 1991, p.28-29)

Assim, dois processos interligados auxiliaram na institucionalização do espaço público na era moderna. A família foi reconstituída como uma esfera íntima, cujo patriarca participava no espaço público. O segundo processo foi a constituição inicial do espaço público enquanto uma esfera literária, que se tornou política. (CALHOUN, 1992, p.10)

Nesse processo, os salões, cafés e associações literárias, onde ocorriam as discussões das notícias tiveram papel essencial. A princípio, tais reuniões eram secretas, mas paulatinamente, deu-se a sua publicidade, com o objetivo de influenciar a opinião pública, por meio dos jornais. É importante destacar que, para Habermas, não era relevante o status dos atores que ali se encontravam, o que somente foi possível porque essa igualdade social era obtida em relação ao Estado (HABERMAS, 1991, p.35). Isto é, enquanto “seres humanos” detentores de opiniões no que se refere à política estatal absolutista (HABERMAS, 1991, p.56). Pressupondo os interesses comuns de classe que compartilhavam (CALHOUN, 1992, p.13).

Além de, para Habermas, se revelarem, portanto, em relações sociais onde o status não era relevante, em tais discussões, o melhor argumento racional prevalecia. A discussão realizada dizia respeito à problematização de

situações que até então não haviam sido questionadas. E este público se propunha a ser inclusivo. Ou seja, qualquer pessoa com acesso a bens culturais, como jornais ou livros, seria um participante potencial do debate cultural estabelecido por este público. (CALHOUN, 199, p.12-13)

O espaço público burguês ou clássico foi constituído como um espaço entre o mundo do trabalho social e da troca de mercadorias, que se coloca completamente separado do Estado e do espaço privado. Consiste de pessoas privadas que discursam criticamente negando as normas políticas do estado e seu monopólio interpretativo. O objeto do discurso é composto de questões literárias e de arte além da teoria e prática da dominação absolutista. Busca-se o consenso racional entre os cidadãos participantes, em oposição ao modelo de decisões políticas impostas, onde a opinião pública seria uma forma de controle do Estado. (HOHENDAHL, 1979, p.92-93)

O objetivo do surgimento de uma esfera pública política, então, seria o de influenciar as decisões do estado absolutista, “apelando para o público pensante” (LUBENOW, 2012, p.54-95). “A opinião pública, intermediada pelo jornalismo político, articula-se como uma crítica, mas também como um instrumento legislativo.” O potencial revolucionário desse modelo está no fato de que ele possibilita a sua aplicação a qualquer grupo social. (HOHENDAHL, 1979, p.93)

Destaca-se que a separação entre espaço público e espaço privado se revela quando ocorrem mudanças no sistema econômico e social. Assim que o desenvolvimento do capitalismo faz com que as contradições econômicas revelem-se em problemas sociais, surgem dificuldades para o modelo clássico de espaço público. Os burgueses que o utilizaram como um instrumento emancipatório de mudança política, passam a adaptá-lo a seus interesses particulares. Inicia-se, assim, a desintegração estrutural do espaço público clássico, com a perda da característica de um discurso livre de dominação. (HOHENDAHL, 1979, p. 89-118). Habermas chamou esse processo de “refeudalização” do espaço público. (HABERMAS, 1991, p.232).

Analisado brevemente, no contexto de sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, o estudo desenvolvido por Habermas acerca do surgimento da categoria que chamou de “esfera pública burguesa”, com a identificação de suas características primordiais para o fim deste estudo, passa-se à exposição

interdisciplinar de algumas críticas e opiniões de estudiosos que se debruçaram sobre o estudo da concepção habermasiana de esfera pública.

3 A RELEVÂNCIA E A ATUALIDADE DA CONCEPÇÃO HABERMASIANA DE ESFERA PÚBLICA

Não há um consenso acerca da definição de esfera pública. Para muitos autores, esfera pública seria uma categoria residual onde aloca tudo o que não se enquadre nas categorias da família, do Estado ou da economia formal. Normativistas que argumentam que um espaço público vibrante é positivo para a sociedade preenchem-no o quanto possível, diagnosticam seu declínio ou argumentam que o espaço público está sendo incorporado por outras esferas mais poderosas. Já aqueles que pensam ser um termo vazio, buscam demonstrar que qualquer coisa pode se enquadrar nessa categoria. (BREESE, 2011, p.130)

Apesar dos inúmeros significados do conceito de público, é possível e útil desenvolver uma moldura analítica que permita fazer justiça à complexidade do espaço público na sociedade moderna. (LAGROYE *et al.*, 2006, p.98-102). Mas mesmo que esta complexidade seja reconhecida, é importante ter em mente que qualquer tentativa de fornecer uma compreensão sistemática da natureza do espaço público é inevitavelmente controversa. (SUSEN, 2011, p.43)

Não obstante a controvérsia mencionada, a expressão “espaço público” (ou esfera pública) é um dos conceitos mais utilizados nas disciplinas acadêmicas que cuidam de sociedade e democracia. (ASLAMA; ERIKSON, 2009)

Quando Mudança Estrutural da Esfera Pública foi traduzido para o inglês, em 1989, mais de duas décadas após sua publicação tedesca, encontrou um público ávido por um estudo aprofundado do espaço público. A dissolução da União Soviética e a consequente formação de novos estados na Europa Central e Oriental e os movimentos em prol da democracia na China traziam a iminente possibilidade do florescimento de novas esferas públicas. Assim, a expressão “public sphere” (esfera/espaço público) adentrou o discurso cultural norte-americano onde se tornou um conceito central. (CALHOUN, 1992, p.vi)

Benson (2009, p.175-197), estudando a sociologia da mídia, destaca que o conceito habermasiano de espaço público auxilia a compreensão de debates normativos acerca da democracia e que, nesse passo, critérios normativos podem ser úteis para guiar pesquisas empíricas. Debates desde a teoria democrática da Ciência Política, além da Sociologia e da Comunicação, todos abraçaram o termo a seu próprio modo, e continuam a fazê-lo. (CALHOUN, 1992, p.vii; GARNHAM, 2007, p. 201-214). Consequentemente, o termo foi criticado, alterado, e redescoberto ao ponto de quase se tornar um slogan genérico para teorizar, e por vezes promover a deliberação democrática. (ASLAMA; ERIKSON, 2009)

Habermas usou a esfera pública burguesa como um ideal de esfera crítica em desenvolvimento porque se tratava de um espaço onde ocorria o debate crítico de um público usando sua razão. (HABERMAS, 1991, p. 24).

Dessa forma, articulou o espaço público como um *locus* em que a opinião democrática podia ser expressada e debatida entre os cidadãos. Seu estudo foi baseado na Europa burguesa do século XVIII, que, em sua opinião, já tinha sido refeudalizada no século XX, além do papel da mídia de massas como formadora de uma esfera pública.

Os salões e cafés representavam o ideal de esfera pública porque eram espaços nos quais pessoas privadas trocavam e discutiam suas ideias políticas. Um espaço no qual o diálogo, a discussão e o debate público eram enfatizados, pois “o ideal de esfera pública demanda integração social baseada num discurso racional e crítico”. (CALHOUN, 1992, p. 29).

Além disso, no ideal habermasiano de espaço público, a esfera do Estado e a esfera da economia não interferem no discurso dos cidadãos. A opinião pública é assim, supostamente, um processo de debate crítico em relação aos assuntos da economia e do Estado que ocorre fora das esferas desses assuntos. (FRASER, 1990, p.59)

A tarefa de Habermas em *Mudança Estrutural* foi desenvolver uma crítica dessa categoria da sociedade burguesa, mostrando tanto suas tensões internas e fatores que levaram à sua transformação e degeneração parcial bem como os elementos de verdade e potencial emancipatório nela contidos, apesar dos problemas ideológicos de representação e contradições identificados. (CALHOUN, 1992, p.2)

Nesse passo, uma esfera pública adequada a um Estado Democrático está vinculada à qualidade do discurso, bem como à quantidade de participantes. Habermas abordou o primeiro analisando como a esfera pública burguesa clássica dos séculos XVII e XVIII se formou em torno da argumentação racional crítica, na qual o mérito dos argumentos e não a identidade daqueles que os defendiam era crucial. (CALHOUN, 1992, p.2)

De uma perspectiva habermasiana, sujeitos capazes de se comunicar e agir também são capazes de refletir e discursar, porque as demandas de validade que os atores linguísticos levantam na comunicação no dia a dia são, pelo menos a princípio, passíveis de crítica. No espaço público, a possibilidade de se criticar a validade, que é inerente em processos comunicativos, pode ser elevada ao status de uma força coordenada motivadora de uma sociabilidade racional (SUSEN, 2011, p.45).

Assim, a importância do espaço público está no seu potencial de integração social. O discurso público, e o que Habermas mais tarde chamou de ação comunicativa, é um modo possível de coordenação na vida humana, assim como o poder do Estado e as economias de mercado. Mas o dinheiro e o poder são modos não discursivos de coordenação, não se podendo identificar neles razão; além disso, tendem à dominação e à reificação, constituindo verdadeiros rivais de um espaço público democrático. (CALHOUN, 1992, p.6)

O livro de Habermas, portanto, é uma investigação das condições e possibilidades da democracia nas sociedades capitalistas modernas, na forma de uma investigação da constituição e subsequente declínio da esfera pública moderna, por meio de dois argumentos. (POSTONE, 1992, 164-165)

Primeiro Habermas afirma que uma condição essencial para a democracia em sociedades capitalistas industriais avançadas é a existência de uma esfera pública em funcionamento, ou seja, uma esfera na interseção da vida política e da vida social, fora do aparato formal do Estado, mas não idêntica à sociedade civil, constituída de cidadãos engajados em debates públicos críticos. Onde a opinião pública é formada no curso de tais debates e influencia o aparato formal governamental. Nessa moldura, a opinião pública não é simplesmente a agregação de opiniões individuais reveladas pelas pessoas. A segunda tese básica de Habermas nesse estudo é que a natureza da esfera

pública e as condições para sua possível existência devem ser entendidas historicamente. (POSTONE, 1992, 164-165)

A especificidade normativa do espaço público burguês decorre do fato de que ele possui um potencial emancipatório. Essa afirmação não sugere que o espaço público burguês deva ser idealizado enquanto domínio de cooperação social. Deve-se reconhecer que sua própria existência depende de sua capacidade de promover engajamento social em processos comunicativos de formação de opinião. A importância da insistência de Habermas em seu potencial emancipatório ilustra a relevância sociológica de práticas comunicativas realizadas por atores racionais, que sejam capazes de trazer poder a esses atores. (SUSEN, 2011, p.37-62)

Em seu exame, Habermas percebe a característica excludente e ideológica da esfera pública burguesa, mas argumenta que a entrada das massas na arena política e as mudanças estruturais constituindo a transição para o capitalismo de um Estado intervencionista não apenas descaracterizou a esfera pública, mas também a tornou inadequada enquanto um modelo para a democracia hoje. (POSTONE, 1992, 164-165)

E democracia, para Habermas, não pode ser entendida em termos meramente quantitativos, mas deve estar relacionada à possibilidade de um controle coletivo maior pelas pessoas sobre as circunstâncias políticas, sociais e econômicas de suas vidas. (POSTONE, 1992, 164-165)

Segundo Benson (2009, p.175-197), Mudança Estrutural traz uma narrativa poderosa do surgimento e da queda de instituições democráticas na era moderna industrial do Ocidente. O papel da imprensa e da mídia de massa é central, o que possibilita diversas linhas de análise para a sociologia cultural e de mídia, sociologia política, sociologia de movimentos sociais e estudos em comunicação.

É importante salientar que diversos críticos da ideia da possibilidade de um consenso entre os participantes do discurso argumentam que não seria possível a desvinculação de seus interesses pessoais em prol da racionalidade dos argumentos, que se visualizam múltiplas esferas públicas em razão da existência de uma sociedade plural e/ou que o dissenso e não o consenso impera nas relações humanas, pois não se poderia ignorar uma realidade de

exclusão e contestação. (BENHABIB, 1992, p.73-99; FRASER, 1990, p.56-80; ELEY, 1992, p.289-340; MOUFFE, 2000, p.91)

Nesse sentido, menciona Wiegink (2011, p.1-40) que, em sociedades contemporâneas, não existe uma clara separação da esfera pública e do Estado, assim como da economia, de modo que haveria um conglomerado de interesses e agentes que não podem ser claramente separados uns dos outros.

Após argumentar no sentido de que uma dicotomia consenso, dissenso não é necessária ou útil, Brady (2014, p.331-354) afirma que um caminho potencialmente mais proveitoso para futuros pesquisadores seria investigar as partes que compõem a moldura habermasiana de espaço público num esforço de adicionar-lhes especificidade empírica e conceitual. Aduz, ainda, que essa abordagem iria possibilitar estudos sistemáticos acerca de esferas públicas “que existem de fato”, multiplicando os pontos de contato entre a teoria do espaço público e a prática política.

Para Hohendahl (1979, p.89-118), mesmo quando Habermas sofre críticas, elas são normalmente estabelecidas nos moldes de sua teoria. Destaca que o polêmico debate sobre a história, o presente e o futuro do espaço público tem sido ao mesmo tempo uma discussão acerca das condições e possibilidades da cultura numa sociedade capitalista avançada.

Hohendahl e Russian (1974, p.45-48) afirmaram, doze anos após a publicação de *Mudança Estrutural*, que o trabalho de Habermas não era supérfluo e que a profunda influência de seu trabalho estava apenas começando a se tornar visível nas disciplinas correlatas, como estudos em mídia, sociologia, além de disciplinas humanísticas, como história da arte e história da literatura.

Corroborando as previsões dos autores supracitados, destaca-se que, em 1997, em artigo da *Annual Review in Politics and Culture*, Mabel Berezin menciona Habermas, juntamente com Bourdieu e Foucault, como marcos para pesquisadores que concentram seus estudos nas mudanças sociais em nível macro. A partir de então, Habermas e o conceito de esfera pública tem sido citados e discutidos em diversos estudos em língua inglesa, tornando-se centrais para a Sociologia da mídia e da cultura. (BENSON, 2009, p.175-197)

Assim, pode-se afirmar, com Dutra Couto (2012, p.177-199) que, apesar das discussões e críticas acerca do conceito habermasiano de esfera pública, exposto em *Mudança Estrutural*, ele “é considerado atualmente um dos

trabalhos mais completos sobre os giros estruturais que levam as profundas transformações na forma de entender e funcionar da esfera pública”.

4 CONCLUSÃO

As categorias do público e privado permanecem vagas em muitas disciplinas, em especial nos dias de hoje, em que nos deparamos com tecnologias que permitem não somente uma maior influência da mídia e maior controle por parte do Estado, mas também uma maior dificuldade em se separar o íntimo do público.

Dessa forma, as investigações dos processos legitimadores da democracia, nas mais diversas áreas do conhecimento humano, tem ganhado destaque e continuam atuais. Os estudos desenvolvidos acerca do espaço público situam-se nesse contexto.

Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, se a teoria da esfera pública, desenvolvida por meio de uma abordagem histórico-sociológica há mais de quarenta anos por Jürgen Habermas, pode ser útil a pesquisadores que busquem a compreensão de fenômenos em que o papel da comunicação entre os sujeitos participantes é relevante nos dias de hoje.

Diante da complexidade dos estudos desenvolvidos por Habermas, da interdisciplinariedade de suas pesquisas e da quantidade de interlocutores e críticos de suas teorias, em especial da concepção de espaço público adotada em Mudança Estrutural, destaca-se a impossibilidade de esgotamento das análises já realizadas de sua obra.

Por meio da seleção de estudos realizada, pôde-se concluir, no entanto, que, apesar de ter buscado a moldura para a definição de espaço público nos séculos XVII e XVIII, apenas na Europa Ocidental e analisando a atuação de uma classe em específico, o estudo de Habermas tentou ir além.

Mesmo que se interpretem as premissas e conclusões do autor como meras hipóteses ou que se concorde em seguir na direção das críticas que lhe são lançadas, o que não se pode ignorar é que a intenção do autor foi alcançada.

Conforme exposto neste estudo, mesmo atualmente, pesquisadores utilizam a concepção habermasiana de esfera pública, seja para criticá-la, seja para alterá-la, seja para propor uma atualização. Qualquer que seja a abordagem, o que se observa é que, ao estudar os processos do discurso ocorridos no contexto de uma época, Habermas identificou um tipo ideal que contribui para a compreensão de fenômenos sociais até mesmo por meio das críticas à sua teoria.

REFERÊNCIAS:

ASLAMA, Minna; ERIKSON, Ingrid. **Public Spheres, Networked Publics,**

Networked Public Spheres? Tracking the Habermasian Public Sphere in Recent Discours. The Donald McGannon Communication Research Center,

september, 2009. Disponível em:

<http://www.fordham.edu/images/undergraduate/communications/public%20spheres,%20networked%20publics,%20networked%20public%20spheres.pdf>

BENHABIB, Seyla. **Models of Public Space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas.** em Craig Calhoun (Org.), *Habermas and the Public Sphere*. p.73-99, Cambridge: The MIT Press, 1992.

BENSON, Rodney. **Shaping the Public Sphere: Habermas and Beyond.** Springer Science + Business Media Am Soc., vol.40, p.175-197, 2009.

BRADY, John S. **No Contest? Assessing the Agonistic Critiques of Jürgen Habermas's Theory of the Public Sphere.** *Philosophy Social Criticism*. vol. 30, n.3, p.331-354, London: SAGE Publications, 2004.

BREESE, Elizabeth Butler. **Mapping the Variety of Public Spheres.** *Communication Theory*, vol.21, p.130-149, 2011.

CALHOUN, Craig. **Introduction: Habermas and the Public Sphere.** em Craig Calhoun (Org.), *Habermas and the Public Sphere*. p.vii-ix, p.1-48, Cambridge: The MIT Press, 1992

DURAND-GASSELIN, Jean-Marc. **L'École de Francfort.** Mesnil-sur-l'Estrée: Éditions Gallimard, 2012.

DUTRA, Delamar José Volpato; COUTO, Dilnéia Rochana Tavares do. **Esfera Pública: Contribuições para uma Atualização do Diagnóstico.** *Revista Internacional de Filosofia*. vol.03. n.02, p.177-199, 2012.

ELEY, Geoff. **Nations, Publics, and Political Cultures: Placing Habermas in the Nineteenth Century** em Craig Calhoun (Org.), *Habermas and the Public Sphere*, p.289-340, Cambridge: MIT Press, 1992.

FRASER, Nancy. **Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy**. Social Text. n. 25/26, p.56-80. Durham: Duke

University Press, 1990.

GARNHAM, Nicholas. **The Media and the Public Sphere**. em Craig Calhoun (Org.), *Habermas and the Public Sphere*. p.359-376, Cambridge: The MIT Press, 1992.

GARNHAM, Nicholas. **Habermas and the Public Sphere**. *Global Media and Communication*. vol. 03, n.02, p.201–214. London: SAGE Publications, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society**. Cambridge: MIT Press, 1991

HOHENDAHL, Peter Uwe; RUSSIAN, Patricia. **Jürgen Habermas: "The Public Sphere"**. *New German Critique*. n.3, p.45-48. Durham: Duke University Press, 1974.

HOHENDAHL, Peter Uwe; SILBERMAN, Marc. **Critical Theory, Public Sphere and Culture. Jürgen Habermas and His Critics**. *New German Critique*, n.16, p.89-118, 1979.

LAGOS, Taso G; COOPMAN, Ted M; TOMHAVE, Jonathan. **"Parallel poleis":**

Towards a theoretical framework of the modern public sphere, civic engagement and the structural advantages of the internet to foster and maintain parallel socio-political institutions. *New Media & Society*, vol. 16, n.03, p.398-414, 2014.

LAGROYE, Jacques; FRANÇOIS, Bastien; SAWICKI, Frédéric. **Sociologie politique**. 5ªed. Paris: Presses de Sciences Po, 2006.

LUBENOW, Jorge Adriano. **A Despolitização da Esfera Pública em Jürgen Habermas sob a Perspectiva Sócio-Política**. *Revista Internacional de Filosofia*. vol. 03, n.01, p.54-95, 2012.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. New York: Verso, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de; FERNANDES, Adélia Barroso. *Revista Estudos Filosóficos*. n 6, versão eletrônica, p.116-130, 2011. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art8_rev6.pdf

POSTONE, Moishe. **Political Theory and Historical Analysis**. em Craig

Calhoun (Org.), *Habermas and the Public Sphere*, 164-181, Cambridge: MIT Press, 1992.

SACCAMANO, Neil. **The Consolations of Ambivalence: Habermas and the Public Sphere**. German Issue, vol.106, n.03, p. 685-698. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

SILVA, Filipe Carreira da. **Habermas e a Esfera Pública: Reconstruindo a História de uma Ideia**. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.35, p.117-118, 2001.

SILVA, Filipe Carreira da. **Espaço Público em Habermas**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.

SUSEN, Simon. **Critical Notes on Habermas's Theory of the Public Sphere**. *Sociological Analysis*. vol.05, n.1, p.37-62, 2011.

WIEGMINK, Pia. **Performance and Politics in the Public Sphere**. *Journal of Transnational American Studies*, vol.03, n.02, p.1-40, 2011.